

Brasil Bio Fuels S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionista da
Brasil Bio Fuels S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Bio Fuels S.A. e Controladas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Bio Fuels S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para ajuste das destinações dos lucros acumulados, conforme requerido pela Lei nº 6.404/76. Em 6 de setembro de 2023, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Ativo biológico

Porque é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.11 e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos significativos de ativos biológicos, mensurados a valor justo. A avaliação deste tema foi considerada como um assunto significativo para a nossa auditoria devido à representatividade desses ativos, complexidade e subjetividade na avaliação das estimativas e julgamentos necessários para a mensuração dos ativos biológicos atrelados ao negócio de palma, principalmente, na avaliação dos custos incorridos com os tratos culturais dos cachos de fruto fresco (CFF) e na avaliação do mercado principal destes produtos, produtividade prevista e preços médios projetados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos processos, riscos e controles internos implementados pela Administração, relativos ao manejo agrícola, aspectos biológicos da planta, monitoramento e captura dos gastos com tratos culturais.
- Avaliação e desafio da razoabilidade da abordagem de mensuração julgada pela Administração como adequada para registro do respectivo ativo, incluindo: (i) envolvimento de especialistas internos de valorização para discussão das premissas e abordagem de mensuração, (ii) avaliação quanto à existência de mercado primário e/ou mercado mais vantajoso, (iii) avaliação do principal mercado de atuação e análise quanto à aplicação de técnica alternativa na determinação de preços sintéticos (iv) avaliação e revisão da acuracidade matemática do cálculo do valor justo do ativo biológico e (v) avaliação dos requerimentos de divulgação nas demonstrações financeiras acerca do método aplicado para mensuração do ativo biológico.
- Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou não capitalizável.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a ausência de divulgações completas e tempestivas e necessidade de aperfeiçoamento no processo de mensuração de ativo biológico, que nos levaram a ampliar a natureza, período e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, ajustes que afetariam a mensuração do ativo biológico foram identificados e comunicados à administração, que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos que os critérios determinados pela Administração da Companhia para mensuração dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 14 de novembro de 2023, com opinião sem modificação e com parágrafo de ênfase em virtude de reapresentação dessas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de novembro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Hudson Souza Martins
Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE						CIRCULANTE		Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.264	8.177	108.512	135.998	Fornecedores	16	46.327	32.461	124.642	126.283
Contas a receber	6	9.737	8.675	39.317	56.673	Debêntures	17	13.188	-	13.188	-
Estoques	7	9.344	10.940	49.725	64.071	Empréstimos e financiamentos	18	76.400	22.828	112.824	34.929
Ativo biológico	8	-	-	286.721	273.056	Obrigações tributárias	19	7.025	4.130	15.500	17.220
Impostos a recuperar	9	6.893	5.178	26.582	14.091	Obrigações trabalhistas		6.887	5.764	31.180	24.143
Outros créditos	10	4.379	14.224	19.386	22.833	Arrendamento	15	-	-	12.000	12.000
Total do ativo circulante		33.617	47.194	530.243	566.722	Adiantamento a clientes		-	-	33.375	55.959
						Outras obrigações	20	6.745	11.324	8.538	26.916
						Total do passivo circulante		156.572	76.507	351.247	297.450
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	148.467	122.693	Fornecedores	16	-	-	3.077	3.077
Partes relacionadas	13	46.487	11.671	-	-	Debêntures	17	183.880	-	183.880	-
Outros créditos	10	-	-	6.400	8.267	Empréstimos e financiamentos	18	221.021	35.211	267.741	46.988
Estoques	7	-	-	28.887	25.371	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	196.437	196.437
Investimentos	12	1.573.954	1.515.678	-	-	Partes relacionadas	13	62.395	72.430	42.564	39.482
Direito de uso	15	-	-	41.156	45.416	Provisão para riscos	21	-	-	30.731	21.412
Imobilizado	14	607.341	271.530	1.435.469	954.417	Provisão perda investimentos	12	8.646	4.316	-	-
Plantas portadoras	13.1	126.374	97.728	711.342	709.241	Obrigações tributárias	18	3.723	3.730	14.590	8.696
Intangível		1.266	374	4.373	3.925	Arrendamento	15	-	-	40.269	42.930
Total do ativo não circulante		2.355.422	1.896.981	2.376.094	1.869.320	Outras obrigações	20	394	224	23.318	27.745
						Total do passivo não circulante		480.059	115.911	802.607	386.767
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	22.a	132.723	132.723	132.723	132.723
						Reserva legal	22.b	26.545	26.545	26.545	26.545
						Reserva de incentivos fiscais	22.b	7.405	7.405	7.405	7.405
						Lucros não distribuídos aguardando deliberação	22.b	1.585.735	1.585.084	1.585.735	1.585.084
						Patrimônio líquido dos proprietários da controladora		1.752.408	1.751.757	1.752.408	1.751.757
						Participação de não controladores		-	-	75	78
						Total do patrimônio líquido		1.752.408	1.751.757	1.752.483	1.751.835
TOTAL DO ATIVO		2.389.039	1.944.175	2.906.337	2.436.052	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.389.039	1.944.175	2.906.337	2.436.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	76.575	50.008	1.034.076	976.218
Custo dos produtos vendidos	24	(111.187)	(61.553)	(875.570)	(611.254)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(34.612)	(11.545)	158.506	364.964
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	24	(23.703)	(25.676)	(113.690)	(81.474)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	28.490	20.394	(14.016)	(27.274)
Equivalência patrimonial	12	53.963	198.493	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.138	181.666	30.800	256.216
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	25	(24.763)	(12.440)	(66.434)	(38.594)
Receitas financeiras	25	1.276	166	17.199	3.071
		(23.487)	(12.274)	(49.235)	(35.523)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		651	169.392	(18.435)	220.693
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Diferidos	11.b	-	-	25.774	(16.241)
Correntes	11.b	-	-	(6.678)	(35.079)
LUCRO DO EXERCÍCIO		651	169.392	661	169.373
RESULTADO ATRIBUÍVEL A					
Controladora		651	169.392	651	169.392
Não controladores		-	-	10	(19)
LUCRO POR AÇÃO - EM REAIS	22.f	0,10750	27,97106	0,10750	27,97106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO DO EXERCÍCIO	651	169.392	661	169.373
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>651</u>	<u>169.392</u>	<u>661</u>	<u>169.373</u>
RESULTADO ATRIBUÍVEL A				
Controladora	651	169.392	651	169.392
Não controladores	-	-	10	(19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos proprietários da controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros não distribuídos aguardando deliberação				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		132.723	26.545	7.405	1.415.692	-	1.582.365	67	1.582.432
Lucro do exercício		-	-	-	-	169.392	169.392	(19)	169.373
Outros		-	-	-	-	-	-	30	30
Transferência para lucros não distribuídos aguardando deliberação		-	-	-	169.392	(169.392)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	21.a	132.723	26.545	7.405	1.585.084	-	1.751.757	78	1.751.835
Lucro do exercício		-	-	-	-	651	651	10	661
Outros		-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
Transferência para lucros não distribuídos aguardando deliberação		-	-	-	651	(651)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (REAPRESENTADO)	21.a	132.723	26.545	7.405	1.585.735	-	1.752.408	75	1.752.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		651	169.392	661	169.373
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.b	-	-	(25.774)	16.241
Depreciação e amortização	24	10.782	11.033	94.162	76.359
Ativo biológico amortização/exaustão	8	-	-	273.056	246.127
Valor residual baixa de imobilizado e planta portadora	14	142	1.070	289	76.150
Resultado de equivalência patrimonial	12	(53.963)	(198.493)	-	-
Provisão para perdas nos estoques	7	-	-	2.186	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	494	871
Juros provisionados	25	29.930	7.242	59.156	29.221
Provisão para riscos	21	-	-	9.319	71
		(12.458)	(9.756)	413.549	614.413
Variações nas contas de ativo:					
Contas a receber		(1.062)	(5.728)	16.862	(45.690)
Estoques		1.596	(8.218)	8.644	(31.768)
Impostos a recuperar		(1.715)	(4.956)	(12.491)	39.943
Partes relacionadas		(34.816)	(4.933)	-	-
Outros créditos		9.845	(6.008)	5.314	(7.942)
		(26.152)	(29.843)	18.329	(45.457)
Variações nas contas de passivo:					
Fornecedores		(3.290)	18.921	(21.824)	(793)
Obrigações tributárias		2.888	1.276	12.982	7.187
Obrigações trabalhistas		1.123	386	7.037	664
Partes relacionadas		(10.018)	(92.388)	-	-
Outras obrigações e adiantamento de clientes		(4.409)	(13.252)	(45.402)	25.695
		(13.706)	(85.057)	(47.207)	32.753
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(52.316)	(124.656)	384.671	601.709
Imposto de renda e contribuição social pagos ou antecipados		-	-	(8.808)	-
Juros pagos		(14.071)	(7.545)	(28.047)	(29.237)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(66.387)	(132.201)	347.816	572.472
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento de dividendos e redução de capital social	12	-	231.254	-	-
Adições ao imobilizado, planta portadora, direito de uso e intangível	14	(359.117)	(120.491)	(553.609)	(227.246)
Adições de ativo biológico	8	-	-	(286.721)	(273.056)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(359.117)	110.763	(840.330)	(500.302)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	17 e 18	504.774	59.365	577.323	71.042
Pagamento de arrendamento	15	-	(2.446)	(2.661)	(1.323)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17 e 18	(84.183)	(27.789)	(109.634)	(44.965)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		420.591	29.130	465.028	24.754
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(4.913)	7.692	(27.486)	96.924
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.177	485	135.998	39.074
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.264	8.177	108.512	135.998
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(4.913)	7.692	(27.486)	96.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS				
Venda de produtos e serviços	93.259	58.371	1.161.799	1.088.117
Perdas (reversões) de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(494)	(871)
Total	93.259	58.371	1.161.305	1.087.246
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(75.549)	(34.838)	(100.221)	(32.800)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(403)	(5.737)	(128.685)	(75.340)
Perda / Recuperação de valores ativos	(1.760)	(760)	(3.289)	(822)
Outros valores	-	-	(11.674)	(71)
Total	(77.712)	(41.335)	(243.869)	(109.033)
VALOR ADICIONADO BRUTO	15.547	17.036	917.436	978.213
Depreciação, amortização e exaustão	(10.782)	(11.033)	(367.218)	(322.486)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.765	6.003	550.218	655.727
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	53.963	198.493	-	-
Receitas financeiras	1.276	166	17.199	3.071
Outras receitas, líquidas	32.687	18.641	36.663	20.805
Total	87.926	217.300	53.862	23.876
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	92.691	223.303	604.080	679.603
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta	31.340	21.683	362.298	282.675
Benefícios	15.860	9.927	74.093	57.432
F.G.T.S	2.418	1.625	14.810	12.966
Total	49.618	33.235	451.201	353.073
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	6.374	3.827	24.141	87.962
Estaduais	4.264	2.302	12.262	10.195
Municipais	243	142	901	350
Total	10.881	6.271	37.304	98.507
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros, variações cambiais e monetárias	24.763	12.138	56.423	30.093
Despesas de aluguéis	6.778	1.965	48.480	20.056
Arrendamentos	-	302	10.011	8.501
Total	31.541	14.405	114.914	58.650
Remuneração de capital próprio				
Lucros retidos / prejuízo do período	651	169.392	651	169.392
Participação dos não controladores	-	-	10	(19)
Total	651	169.392	661	169.373
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	92.691	223.303	604.080	679.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO

1.1. Operações gerais

A Brasil Bio Fuels S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), é uma Companhia de capital fechado, constituída em 11 de abril de 2008, com sede na Rod. BR 210, Gleba Jauaperi, Sítio Boa União - Município de São João da Baliza, Estado de Roraima.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 14 de novembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Controladora apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$122.955 e R\$29.313, respectivamente, em função das dívidas com bancos e com fornecedores.

Para suprir essa necessidade a Administração continua os esforços juntos as instituições financeiras para serem liberados novos recursos e está atuando para reestruturar a dívida, fazendo o alongamento dos pagamentos e com isso promover a equalização do Capital Circulante Líquido.

1.2. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto principal a atuação na geração e distribuição de energia elétrica, fabricação e comércio de biocombustíveis de origem vegetal e animal e outros negócios. Com o propósito de produzir energia e substituição gradativa do diesel fóssil pelo biodiesel para o desenvolvimento sustentável e ecologicamente correto da região Norte do Brasil, junto de sua subsidiária integral Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel do Amazonas Ltda., consolidou seus investimentos em 24 Unidades Termelétricas - “UTE’s”, sendo 4 localizadas no estado do Acre, 12 em Rondônia, 6 no Amazonas e 2 em Roraima, consolidando com isso sua base de atuação no setor.

A Companhia continua em seu propósito de verticalização de suas atividades, através do incremento no plantio da Palma de Dendê, aquisição de novas terras, tecnologias para formação de ativo biológico, otimização das operações das UTEs, implantação da planta de esmagamento e futura utilização dos frutos da palma de dendê na geração do óleo vegetal, o qual será utilizado como matéria prima para produção do biodiesel e destinação alimentar, estando portanto, o negócio agroindustrial em fase avançada de consolidação dos investimentos.

A seguir está comentado o negócio de cada empresa controlada e suas principais informações:

1. Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. constituída em 2 de maio de 2007. Atua, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado de Rondônia e na geração de energia.

2. Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., empresa dormiente, constituída em 22 de julho de 2013. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Acre.
3. Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazonia Ltda., empresa dormiente, constituída em 19 de setembro de 2016. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Amazonas.
4. Brasil Bio Fuels Pará II S.A., empresa em fase pré-operacional, constituída em 1º de setembro de 2021. Atuará na geração de energia no estado do Pará.
5. Brasil Bio Fuels Pará Ltda. constituída em 29 de outubro de 2020. Atua como holding sendo a controladora da BBF RIC e não tem outras atividades.
6. Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. constituída em 15 de dezembro de 2006, anteriormente denominada “Biopalma S.A” subsidiária integral da Vale S.A. Atua, principalmente, com a produção e comercialização do óleo de palma no estado do Pará.
7. Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 7 de junho de 2021. Atuará na produção e comercialização do etanol de milho no estado de Rondônia.
8. BBF Transportes Fluviais Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 4 de maio de 2022. Atuará no transporte fluvial do óleo de palma na bacia amazônica no estado do Amazonas.
9. BBF São João da Baliza Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 15 de junho de 2021. Atuará na produção de energia na UTE de Baliza no estado de Roraima.
10. BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. constituída em 9 de junho de 2021, empresa em fase pré-operacional. Atuará na produção de energia na UTE de São Joaquim no estado de Roraima.
11. BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. constituída em 4 de dezembro de 2013. Atua na produção e comercialização de óleo de soja e derivados no estado do Pará.
12. Brasil Bio Fuels Acre S.A., empresa em fase pré-operacional, constituída em 30 de setembro de 2021. Atuará na geração e comercialização de energia no estado do Acre.
13. BBF Energia do Pará Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 12 de agosto de 2021. Atuará na produção e comercialização do HVO e SAF combustíveis que serão utilizados nas aeronaves.
14. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia, empresa em fase pré-operacional, constituída em 20 de julho de 2015. Atuará como Consórcio em parceria com a empresa Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.
15. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre constituída em 29 de junho de 2015 e atua como Consórcio em parceria com as partes relacionadas Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.
16. Consórcio BBF Energia Rondônia constituída em 03 de setembro de 2021. Atua como Consórcio em parceria com as partes relacionadas Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.

Principais eventos e perspectivas

Durante o ano de 2022, a Companhia manteve sua operação de energia nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, utilizando grupo geradores habilitados para a utilização de óleo diesel e biodiesel B100. Esses equipamentos, que utilizam motores Scania, possuem alta tecnologia para que a operação obtenha um menor consumo específico de combustíveis, tanto diesel quanto biodiesel, por MWh gerado.

O negócio de biodiesel em 2022 gerou volume de vendas 6.539 m³, registrado um acréscimo em relação a 2021 que registrou volume de 4.400 m³.

Em 19 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu a Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. ("BBF RIC"). A BBF RIC era uma subsidiária integral da Vale S.A., sendo uma produtora e comercializadora de óleo de palma, com quatro polos de produção na região do vale do Acará e baixo Tocantins, no Pará. Com aquisição da BBF RIC, a Companhia passou a controlar uma área plantada de 68 mil hectares dos quais 7 mil hectares são de parceiros da agricultura familiar, e, com isso, manteve-se o plano de verticalização operacional, com uma maior capacidade de esmagamento de fruto de dendê e produção de óleo de palma, bem como, seus subprodutos como nozes, amêndoas e óleo de palmiste. Com esse investimento, o Grupo tornou-se a maior produtora de óleo de palma da América Latina. Da área total do Grupo, 75 mil hectares são destinados a preservação ambiental.

O Grupo formou consórcio para fins de participação de leilão da Aneel, sagrando-se vencedora para geração de energia em 10 localidades, a preço de R\$1.453 por MWh pelo prazo de 15 anos, iniciando a operação e geração de energia em 1º de agosto de 2016, até o exercício 2022, produziu a quantidade de energia de 60.886 MWh (em 2021 60.523 MWh) para Energisa Rondônia que proporcionaram faturamento de R\$ 166.000 (em 2021 R\$111.704).

Projeto Usina Termelétrica Híbrido Forte São Joaquim

Com previsão de início em 2024, a Usina Termelétrica Híbrido Forte de São Joaquim será implantada no município de Boa Vista/RR em terreno adquirido pela Companhia, tendo como principal via de acesso ao empreendimento a Estrada do Bom Intento (travessa da Rodovia RR321). A área total do terreno é de 360.000 m², sendo necessários para este projeto somente 25.800 m². Com potência instalada de 56.217,00 kW, a UTE será conectada na Subestação Boa Vista, que é o principal ponto de suprimento do sistema elétrico de Roraima, estando localizada próxima aos principais centros de consumo, podendo dessa forma, atingir todo o Estado. A usina utilizará como combustível biomassa e óleo vegetal, atendendo à modalidade "Potência Renovável" estabelecida pelas normas do leilão, se utilizando de equipamento de "Ciclo Diesel". Em 23 de dezembro de 2021 foi celebrado o contrato de financiamento bancário junto ao Banco da Amazonia S/A para financiamento de 70% do valor total do projeto de R\$336 milhões. Este financiamento possui prazo de 11 anos com vencimento em janeiro/2033 e custo equivalente a IPCA + 4,5% a.a.

Projeto Usina Termelétrica Baliza

A operação iniciou em dezembro de 2022, implantada no município de São João da Baliza/RR em uma área de aproximadamente 18.500 m², que é acessada pela rodovia federal BR210. Com potência instalada de 17.616,00 kW, a UTE está conectada na Subestação SE São João Baliza, para atender às necessidades estruturais e/ou conjunturais do Sistema Isolado de Boa Vista e localidades conectadas. A geração é através do uso de biomassa e grupos geradores movidos a combustível do tipo óleo vegetal, para o aproveitamento do plantio de palma da Companhia, já existente na região. Em 31 de março de 2022 foi celebrado o contrato bancário através de debêntures privadas para financiamento de parte do projeto R\$166 milhões (gestor de recursos Vectis). Este financiamento possui prazo de 7 anos com vencimento em março/2029 e custo equivalente a CDI + 7,90% a.a.

Projeto Extrusora de Soja

A operação da extrusora de soja iniciou em novembro de 2022. Localizada no município de Paragominas no Estado de Pará foi construída em uma área de 2.046 m² em um terreno adquirido pela BBF. O projeto consiste no processamento de soja e produção de farelo e o óleo de soja bruto. A unidade tem a capacidade de processar 4 ton./hora de soja e produzir 334 m³/mês de óleo bruto e 1.876 ton./mês de farelo, considerando a operação por 22 horas por dia durante 26 dias no mês. Gradativamente, a unidade poderá ter sua capacidade aumentada de processamento para 16 ton./h de soja e produzir 1.335 m³ de óleo e 7.500 ton. de farelo por mês.

Projeto Planta de Biodiesel

O Grupo vem investindo desde o segundo semestre de 2022, R\$52 milhões na planta de Biodiesel em Manaus, em uma área de 55.000 m³. Esta unidade terá capacidade de produção de 100 m³/dia com possibilidade de expansão até 300 m³/dia. Estimasse 18 meses para a conclusão do projeto. Para financiar este investimento a Companhia obteve junto ao Finep o financiamento de 90%, dos quais R\$23.4 milhões já foram recebidos em 7 de dezembro de 2022. O prazo total do financiamento será de 120 meses com carência de 21 meses com juros a TJLP + 1,5 a.a.

Em junho de 2022, A BBF alcançou “Grau de Investimento” com perspectiva positiva, pela agência Fitch Ratings, uma das maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo.

Para suportar todo esse crescimento e melhorar a governança dos controles, a BBF iniciou em dezembro de 2022 a implantação do sistema SAP, com o envolvimento de diversas áreas, colaboradores internos e externos e deverá ser finalizado ainda em 2023.

1.3. Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tiveram as destinações dos lucros acumulados ajustadas, em atendimento a Lei nº 6.404/76, conforme demonstrado abaixo:

Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	2022		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Lucros acumulados	1.585.735	(1.585.735)	-
Lucros não distribuídos aguardando deliberação	-	1.585.735	1.585.735

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM nº 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

3.3. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 IAS 7 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os juros capitalizados são apresentados na atividade de investimentos e não na atividade operacional.

3.4. Segmento de negócios

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios internos e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases nos segmentos de Óleo de Palma, Energia e Outros, na perspectiva da Administração estes são os seus segmentos. A Administração agrupou, no segmento Outros, negócios com menor volume de receita, custos e os gastos que não podem ser diretamente atribuídos ao negócio como Óleo de Palma e Energia, sendo que estes, em individual ou em conjunto, não são relevantes para as tomadas de decisão dos usuários internos da informação.

3.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, sendo apresentadas as informações do grupo econômico, em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Controle sobre essas entidades é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades.

Informações sobre as controladas:

		% Participação	
		2022	2021
1. Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. ("Amazonbio")	Direta	99,67%	99,67%
2. Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. ("Amazonbio Acre")	Direta	99,99%	99,99%
3. Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazônia Ltda. ("Amazonbiodiesel")	Direta	99,99%	99,99%
4. Brasil Bio Fuels Pará II S.A. ("BBF Pará II")	Direta	100,00%	100,00%
5. Brasil Bio Fuels Pará Ltda. ("BBF Pará")	Direta	100,00%	100,00%
6. Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. ("BBF RIC")	Indireta	100,00%	100,00%
7. Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda. ("BBF Ethanol")	Direta	100,00%	100,00%

			% Participação	
			2022	2021
8.	BBF Transportes Fluviais Ltda. (“BBF Transportes”)	Direta	100,00%	100,00%
9.	BBF São João da Baliza Ltda. (“BBF Baliza”)	Direta	100,00%	100,00%
10.	BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. (“BBF São Joaquim”)	Direta	100,00%	100,00%
11.	BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. (“BBF Agro”)	Direta	99,99%	99,99%
12.	Brasil Bio Fuels Acre S.A. (“BBF Acre”)	Direta	100,00%	100,00%
13.	BBF Energia do Pará Ltda. (“BBF Pará III”)	Direta	100,00%	100,00%
14.	Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia. (“BBF Rondônia”)	Direta	100,00%	100,00%
15.	Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre. (“BBF Acre II”)	Direta	100,00%	100,00%
16.	Consórcio BBF Energia Rondônia.	Direta	100,00%	100,00%

A parte do patrimônio líquido das controladas não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora ("Participação de Não Controladores") é apresentada no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora, assim como a participação no resultado do exercício não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora ("Resultado atribuível a não controladores").

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor, e com vencimentos no prazo de três meses ou menos da data da contratação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, os quais se aproximam do seu valor justo e não excedem o seu valor de realização.

3.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa de perdas de crédito esperadas ("impairment").

A Companhia efetua regularmente análise histórica de seus recebíveis com o objetivo de aprimorar o cálculo das perdas estimadas, que considera o risco da indústria, histórico de perdas e riscos de créditos associado a cada faixa de vencimentos, além de incluir no valor da estimativa o valor integral dos saldos vencidos com base no IFRS 9.

3.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição e reduzidos ao seu valor líquido de realização, caso seja menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda e a distribuição dos estoques.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos descontinuados, materiais com giro lento (considerando os itens sem movimento acima de 180 dias), materiais com prazo de validade expirados ou próximo da data de expiração e materiais fora dos parâmetros de qualidade ou danificados, registrados na rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

3.9. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida. Os investimentos do Grupo nas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio/deságio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

3.10. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e estão líquidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Planta portadora Palma de Dendê (nota explicativa nº 2.12)	30 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

3.11. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas, correspondem aos cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF), aos quais o estágio de sua transformação biológica permite uma mensuração dos volumes de forma confiável. Os ativos biológicos são utilizados como matéria prima no processo de produção de óleo de palma e derivados.

Para a determinação do seu valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (“income approach”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas a cada data de reporte. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecida na rubrica custo dos produtos vendidos. As premissas significativas estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Para determinação do valor de mercado do CFF, a Companhia aplicou técnica de mensuração alternativa por meio da derivação do preço sintético do óleo bruto de dendê (principal produto agrícola derivado do esmagamento e refino do óleo de dendê e com cotação pública), considerando como o mercado primário o mercado de Roterdã, devido ao volume de negociações, a Companhia tomou como referência a cotação de óleo de palma na bolsa de Roterdã, ajustadas ao local em que o ativo se encontra.

A qualidade e rendimento do fruto é influenciada por uma série de fatores, sendo os mais preponderantes, o nível de investimento efetuado no trato cultural, idade da planta, técnica de colheita e velocidade no processamento do CFF pela indústria.

Além disso, os ativos biológicos não foram dados em garantias, assim como também não possuem seguro contra incêndio ou outra intempérie climática.

3.12. Planta Portadora

A planta portadora é representada pela palmeira de azeite de dendê. Tais ativos são plantadas em terras de propriedade do Grupo BBF e estão localizadas na região norte do Brasil, especialmente no Estado do Pará. Na busca por um equilíbrio na qualidade, resistência a fatores climáticos adversos e rentabilidade na produção do CFF, o Grupo optou pelo plantio e diversificação de suas variedades (asiáticas, africanas e brasileiras) na área de plantio. A palmeira de dendê inicia o ciclo de produção comercial por volta do 4º ano de plantio, elevando sua produtividade gradativamente até o 15º ano e mantendo produção economicamente viável até 30º ano, momento em que a Companhia avaliará e decidirá quanto a reforma da área de plantio. Todos os custos diretos e indiretos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros, até a data de plantio são contabilizados ao custo da planta portadora, conforme incorrido.

A Administração com base na vida útil estimada considerou a exaustão linear ao percentual de 3,33% a.a., iniciado quando o talhão/parcela atinge a viabilidade econômica para colheita e com duração até o fim da vida econômica da planta, atualmente esperado para o 30º ano.

Não há seguro contratado e/ou garantia quanto ao ressarcimento do Grupo na eventualidade de perda da plantação por eventos adversos, tais como incêndios, alagamentos ou pragas.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

3.13. Arrendamentos

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, risco país e moeda. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais devem proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A aplicabilidade do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Classificação e mensuração

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao seu valor de custo, considerando o prazo do contrato já firmado e ainda se há intenção de renovação posterior. Estes ativos geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor, considerando contratos anuais de R\$50 mil, são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo menor que 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática e pequenos equipamentos.

3.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ativos circulantes e não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de “impairment”, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no seu menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC), considerando a similaridade dos produtos e serviços prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerado. O acompanhamento e gerenciamento da Companhia sobre os fluxos de caixa gerado é de acordo com os segmentos definidos pela Companhia. Estas definições são efetuadas e revisadas de forma corporativa, por segmento no menor nível de fluxo de caixa, ou seja, é possível afirmar que os segmentos em que os relatórios são preparados e as decisões da Companhia são tomadas a nível de segmento é menor unidade geradora de caixa - UGC para avaliação de indicadores de perda por valor recuperável.

A avaliação da necessidade de teste de “impairment” é realizada em períodos anuais, ao final de cada exercício, exceto na existência de algum indicador de “impairment” que a Companhia venha a identificar o que a obrigaria a elaborar um teste de “impairment” intermediário para os ativos de vida útil definida. O valor recuperável de uma operação é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração (Plano Estratégico da Companhia) para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada operação.

As projeções de fluxo de caixa consideram todas as características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis são efetuados, tais como o nível de investimento e os retornos (de médio e longo prazos), além do eventual redirecionamento de ativos para novos negócios. Estes fluxos são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto compatível com o mercado e que reflita a expectativa de retorno dos investidores.

Na existência de um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma operação, seu valor é proporcionalizado em função dos ativos líquidos da Companhia e reconhecido em sua totalidade na operação sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

3.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, ao valor justo, os empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a juros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

3.17. Provisões

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece nenhuma provisão.

3.18. Tributos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incidentes na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As controladas BBF RIC e Amazonbio possuem incentivo tributário para o ICMS, instituído pela Lei nº 1.558 de 26 de dezembro de 2005, conforme Ato Concessório nº 003/2011/Conder, com redução de 95% e 85%, respectivamente, da base incentivado, além de incentivo com a redução da base do IRPJ em 75% referente a implantação de empreendimento industrial na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência, ambos respeitando as regras de adições e exclusões para apuração do lucro real. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias, saldo de prejuízo fiscal e saldo de base negativa de contribuição social na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seu valor contábil.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças, créditos ou prejuízos fiscais dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a realização das diferenças temporárias dedutíveis, bem como o uso de créditos tributários e prejuízos fiscais não utilizados.

O valor contábil de imposto diferido ativo é revisto a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na alíquota de imposto que se espera aplicar no exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido quando houver o direito legal de compensar imposto diferido ativo com imposto diferido passivo e quando os impostos diferidos se refiram à mesma entidade tributada e estejam sujeitos à mesma autoridade fiscal.

Os incentivos fiscais aos quais reduzem a carga tributária de imposto de renda e contribuição social correntes nas controladas são registrados quando incorridos e serão alocados em rubrica de reserva de subvenção na demonstração do patrimônio líquido, quando houver, e não estão disponíveis para distribuição aos acionistas como dividendos.

3.19. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e dos fretes sobre vendas, bem como das eliminações das vendas entre Companhias controladas.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos, mercadorias e energia são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência, sendo reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho e quando o controle, risco e benefícios são transferidos ao cliente em suas instalações. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) Identifica os contratos com os clientes.
- (ii) Identifica as diferentes obrigações do contrato.
- (iii) Determina o preço da transação.
- (iv) Aloca o preço da transação às obrigações de performance.
- (v) Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

3.20. Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do respectivo Estado e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

3.21. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos patrimoniais

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

"Impairment"

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento contábil CPC 48/IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, considerando eventuais negociações com os clientes e histórico de recebimentos.

"Impairment" de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia, na data de cada balanço, a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros deteriorados e suas perdas por "impairment" incorridas, somente serão reconhecidas se houver evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos. Após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") apresentar impacto no fluxo de caixa futuro o seu valor será estimado de maneira confiável.

O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não serão incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo será reduzido e o valor do prejuízo reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" será a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderá mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.22. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e atualização de impostos a recuperar.
- Receitas de operações com partes relacionadas.
- Despesas com descontos concedidos.
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos a recolher.
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

3.23. Circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- (iv) A entidade tem o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período do relatório.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

3.24. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o pronunciamento contábil CPC 41/IAS 33, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

3.25. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. O Grupo não possui benefícios pós-emprego.

3.26. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações nos pronunciamentos contábeis CPC 37/IFRS 1 (R1), CPC 48/IFRS 9, CPC 29/IAS 41, CPC 27/IAS 16, CPC 25/IAS 37 e CPC 15/IFRS 3 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato.
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido.
- Referências à estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

3.27. Outras normas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (pronunciamento contábil CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o pronunciamento contábil CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que o Grupo não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.

A Administração informa que essa norma não impacta a Companhia.

Alterações à norma internacional IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 da norma internacional IAS 1, correlato ao pronunciamento contábil CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação.
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório.
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

As alterações não representam impacto nas operações do Grupo.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao pronunciamento contábil CPC 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao IAS 1 e IFRS “Practice Statement” 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao pronunciamento contábil CPC 26 (R1)) e IFRS

“Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao “Practice Statement 2” fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

O Grupo está avaliando o impacto dessas alterações e não espera impactos relevantes.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A principal premissa relativa a estas fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro referem se ao seguinte:

a) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (“P.E.C.L.D”) de contas a receber de clientes são constituídas com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber de clientes.

b) Determinação do método de contabilização do ativo biológico e ciclo biológico da planta

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio de aplicação de premissas a modelos de fluxos de caixa descontado.

A Companhia aplica o tratamento contábil de ativos biológicos para os cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF) em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. O custo de produção dos estoques de produtos acabados e, por consequência, o custo dos produtos vendidos levam em conta a parcela do efeito a valor justo dos ativos biológicos na data da colheita da CFF. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: área plantada, produtividade por hectare, preço e custos de plantio e de manutenção dos florestais, gastos com frete, colheita e transporte.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final das questões subjacentes a essas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões para riscos, são constituídas para fazer face a toda potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	244	140	703	1.251
Aplicações financeiras	3.020	8.037	107.809	134.747
Total	<u>3.264</u>	<u>8.177</u>	<u>108.512</u>	<u>135.998</u>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário CDB com remunerações entre 98% e 102% (100% em 2021) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI, com possibilidade de resgate imediato, conversíveis em caixa, sem alteração de valor e em prazo menor de 90 dias após sua aplicação.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber	9.737	8.675	45.649	62.511
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.332)	(5.838)
Total	<u>9.737</u>	<u>8.675</u>	<u>39.317</u>	<u>56.673</u>

A composição por vencimento dos recebíveis é segregada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	9.736	3.492	21.921	38.725
Vencidos:				
De 01 a 30 dias	1	3.584	10.320	15.073
De 31 a 60 dias	-	1.045	4.280	1.206
De 61 a 90 dias	-	554	2.796	1.669
Acima 91 dias	-	-	6.342	5.838
Total	<u>9.737</u>	<u>8.675</u>	<u>45.649</u>	<u>62.511</u>

O contas a receber tem prazo médio de recebimento entre 20 e 30 dias. Para o montante vencido, há um processo de cobrança e caso exista indicação de risco no recebimento os valores são inseridos no cálculo de perdas estimadas. Não há cobrança de juros sobre o saldo das contas a receber em atraso.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia possui estimativa de perdas conforme demonstrada abaixo em montante que julga ser suficiente para fazer frente às perdas de crédito esperadas.

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(5.838)	(4.967)
Provisões	-	-	(494)	(871)
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.332)</u>	<u>(5.838)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matéria prima (i)	-	-	3.454	3.396
Produtos acabados (ii)	623	2.271	23.827	31.209
Almoxarifado (iii)	8.694	8.621	58.363	52.927
Produtos agrícolas	27	48	2.887	9.584
Outros	-	-	242	301
	<u>9.344</u>	<u>10.940</u>	<u>88.773</u>	<u>97.417</u>
Provisão para perda nos estoques (iv)	-	-	(10.161)	(7.975)
Total	<u>9.344</u>	<u>10.940</u>	<u>78.612</u>	<u>89.442</u>
Circulante	9.344	10.940	49.725	64.071
Não circulante	-	-	28.887	25.371

(i) Matérias primas utilizadas para produção de biodiesel (geração de energia) e óleo de palma.

- (ii) Os produtos acabados referem-se substancialmente a biodiesel e óleo de palma utilizados para geração de energia e comercialização com terceiros, além de diesel utilizado no consumo das usinas de energia.
- (iii) Representado substancialmente pelos estoques de peças de reposição e materiais de manutenção das UTE'S.
- (iv) Substancialmente o montante é representado por material de manutenção industrial com giro acima de 12 meses.

Movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	-	-	(7.975)	(7.975)
Provisões	-	-	(2.186)	-
Saldo 31 dezembro	-	-	(10.161)	(7.975)

8. ATIVO BIOLÓGICO

A movimentação do valor justo no exercício é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	273.056	246.127
Adições por formação e valor justo	286.721	330.582
Amortização/exaustão	(273.056)	(246.127)
Saldo 31 de dezembro	<u>286.721</u>	<u>273.056</u>
CFF maduro	28.529	64.931
CFF não maduro	<u>258.193</u>	<u>208.125</u>
Total do ativo biológico a valor justo	<u>286.721</u>	<u>273.056</u>

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no pronunciamento contábil CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As premissas de produtividade (tonelada por hectare) e preço (real por tonelada), destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Período de transformação biológica onde a produção pode ser estimada de forma confiável, 30 dias.
- ii) A produtividade (tonelada por hectare) é estimada com base no volume de CFF esperado por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas agrícolas e de manejo florestal, fatores climáticos e de condições do solo.

- iii) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com tratos e manejos florestais, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico, acrescidos do custo de oportunidade das terras próprias.
- iv) Os preços de venda do óleo bruto de palma, foram baseados em cotações na bolsa de Roterdã.

	2022	2021
Produtividade por hectare por mês	1,58	1,55
Preço sintético do óleo de palma	CIF Roterdã	CIF Roterdã

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores climáticos, é realizado monitoramento meteorológico e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o departamento agrícola adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS a recuperar	6.580	5.174	20.633	10.835
Outros impostos a recuperar	313	4	5.949	3.256
Total	<u>6.893</u>	<u>5.178</u>	<u>26.582</u>	<u>14.091</u>

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores (i)	1.892	13.614	15.704	20.071
Depósitos judiciais (ii)	-	-	6.412	8.267
Outros créditos	<u>2.487</u>	<u>610</u>	<u>3.670</u>	<u>2.762</u>
Total	<u>4.379</u>	<u>14.224</u>	<u>25.786</u>	<u>31.100</u>
Circulante	4.379	14.224	19.386	22.833
Não circulante	-	-	6.400	8.267

- (i) Valores referentes à aquisição futura de mercadorias, insumos e serviços para construções dos projetos em andamento.
- (ii) Depósitos judiciais trabalhistas realizados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, depositados em conta bancária antes da decisão final das ações.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Origem do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social (3)	-	-	230.291	198.373
Provisão para riscos	-	-	10.449	7.280
Provisão de perda em estoques	-	-	2.654	2.711
Passivo de arrendamento	-	-	17.771	18.676
Outras diferenças temporárias	-	-	-	3.933
Imposto diferido ativo	-	-	261.165	230.973
Direito de uso			13.993	15.441
Custos do ativo biológico (1)	-	-	97.485	92.839
Compra vantajosa (2)	-	-	196.437	196.437
Outras diferenças temporárias	-	-	1.221	-
Imposto diferido passivo	-	-	309.136	304.717
Ativo não circulante	-	-	148.467	122.693
Passivo não circulante	-	-	196.437	196.437

- (1) O imposto diferido foi constituído devido anteriormente os custos de formação do ativo biológico terem sido alocados ao resultado e com a classificação para o ativo circulante gerou diferença na base tributária.
- (2) A aquisição da BBR RIC em 2020 gerou o ganho vantajoso que na base tributária é excluído e passa a ser tributado somente na alienação do investimento. Com isso foi gerado a diferença temporária entre as bases.
- (3) A Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos decorrentes de prejuízos fiscais é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pela Diretoria e considera o planejamento orçamentário para o período de 10 anos, bem como sua projeção estável a partir de 2024. Na elaboração dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utilizou premissas, tais como crescimento das receitas e margens de lucro e fatores macroeconômicos, além de considerar o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente. Para os créditos tributários decorrentes de provisões contábeis, a expectativa foi feita considerando a estimativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pela administração anualmente, se espera que esses créditos fiscais sejam realizados em até 10 anos, nos seguintes exercícios:

	Consolidado
2024	21.000
2025	26.000
2026	27.000
2027 em diante	156.291
	<u>230.291</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a controlada BBF RIC possui R\$2.139.717 (R\$2.097.722 em 31 de dezembro de 2021) de prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa da contribuição social para os quais não foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Itens	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto do renda e da contribuição social	651	169.392	(18.435)	220.693
Imposto calculado à alíquota de 34%	(221)	(57.593)	6.268	(75.036)
Equivalência patrimonial	18.347	67.488	-	-
Incentivo fiscal de ICMS	-	-	32.716	35.101
Prejuízo Fiscal e Base Negativa das controladas constituído	-	-	(10.852)	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa não constituído	(18.126)	(9.895)	(18.126)	(9.895)
Outras	-	-	9.090	(1.490)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.096</u>	<u>(51.320)</u>
Reconhecidos no resultado:				
Receita (despesa) - diferido	-	-	25.774	(16.241)
Despesa - corrente	-	-	(6.678)	(34.079)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.096</u>	<u>(51.320)</u>

12. INVESTIMENTOS E PROVISÃO DE PASSIVO A DESCOBERTO

a) Informações sobre as investidas:

Controladas	% Participação		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Equivalência		Valor dos investimentos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Amazonbio Indústria	99,67	99,67	22.835	23.745	(899)	5.705	(896)	5.686	22.760	23.666
Brasil Bio Fuels Pará Ltda.	100,00	100,00	1.551.194	1.492.012	59.193	194.263	59.193	194.263	1.551.194	1.492.012
			<u>1.574.029</u>	<u>1.515.757</u>	<u>58.294</u>	<u>199.968</u>	<u>58.297</u>	<u>199.949</u>	<u>1.573.954</u>	<u>1.515.678</u>
Amazonbio - Acre Indústria	99,99	99,99	(875)	(749)	(130)	(709)	(130)	(709)	(875)	(749)
Amazonbiodiesel Industria	99,99	99,99	(3.872)	(3.493)	(379)	(737)	(379)	(744)	(3.872)	(3.493)
BBF Agroindustrial	99,99	99,99	(3.424)	(75)	(3.349)	(3)	(3.349)	(3)	(3.424)	(74)
Brasil Bio Fuels Pará II S.A.	100,00	100,00	(353)	-	(354)	-	(354)	-	(353)	-
Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda.	100,00	100,00	(97)	-	(97)	-	(97)	-	(97)	-
BBF Transportes Fluviais Ltda.	100,00		(25)	-	(26)	-	(25)	-	(25)	-
			<u>(8.646)</u>	<u>(4.317)</u>	<u>(4.335)</u>	<u>(1.449)</u>	<u>(4.334)</u>	<u>(1.456)</u>	<u>(8.646)</u>	<u>(4.316)</u>
Total			<u>1.565.383</u>	<u>1.511.440</u>	<u>53.959</u>	<u>198.519</u>	<u>53.963</u>	<u>198.493</u>	<u>1.565.308</u>	<u>1.511.362</u>

b) Movimentação:

	2022	2021
Saldo inicial	1.511.362	1.544.118
Distribuição de dividendos	-	(167.665)
Redução de capital social	-	(63.589)
Outros	(17)	5
Equivalência patrimonial	53.963	198.493
Saldo final	<u>1.565.308</u>	<u>1.511.362</u>

c) Informações adicionais sobre as investidas:

	2022								
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazon biodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF Pará II	BBF Ethanol	BBF Transportes	BBF RIC
Ativo	127.106	(1)	6.005	23.568	1.718.869	10.037	13.263	2	1.980.872
Passivo	104.260	879	9.877	26.988	-	10.390	13.359	27	233.230
Patrimônio líquido (negativo)	22.846	(880)	(3.872)	(3.420)	1.718.869	(353)	(96)	(25)	1.747.642
Receita operacional líquida	164.300	-	-	546	-	-	-	-	880.756
Custo dos produtos vendidos	(126.044)	-	-	(1.387)	-	-	-	-	(660.516)
Despesas operacionais	(26.911)	(130)	(374)	(2.473)	59.193	(353)	(90)	(24)	(166.675)
Resultado financeiro	(13.658)	-	(5)	(35)	-	(1)	(7)	(2)	(12.054)
Imposto de renda e contribuição social	1.414	-	-	-	-	-	-	-	17.682
Lucro (prejuízo) do exercício	(899)	(130)	(379)	(3.349)	59.193	(354)	(97)	(26)	59.193
	2021								
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazon biodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF Pará II	BBF Ethanol	BBF Transportes	BBF RIC
Ativo	136.246	-	6.515	5.890	1.492.012	-	-	-	1.996.494
Passivo	112.501	749	10.008	5.965	-	-	-	-	308.046
Patrimônio líquido (negativo)	23.745	(749)	(3.493)	(75)	1.492.012	-	-	-	1.688.448
Receita operacional líquida	116.318	-	-	-	-	-	-	-	830.650
Custo dos produtos vendidos	(60.859)	-	-	-	-	-	-	-	(509.600)
Despesas operacionais	(32.297)	(715)	(300)	(1)	194.263	-	-	-	(70.590)
Resultado financeiro	(15.116)	6	(437)	(2)	-	-	-	-	(7.699)
Imposto de renda e contribuição social	(2.341)	-	-	-	-	-	-	-	(48.499)
Lucro (prejuízo) do exercício	5.705	(709)	(737)	(3)	194.263	-	-	-	194.262

13. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	Ativo		Passivo			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Henri Denterghem (ii)	-	-	42.564	39.296	42.564	39.296
Diego de Kerchove (ii)	-	-	-	-	-	129
JC Investimentos (ii)	-	-	-	57	-	57
Amazonbiodiesel (i) (ii)	9.158	6.796	14.927	33.077	-	-
BBF RIC (i) (ii)	-	-	4.904	-	-	-
BBF Agro (ii)	21.789	4.748	-	-	-	-
BBF Ethanol (ii)	4.685	-	-	-	-	-
BBF Pará II (ii)	10.303	-	-	-	-	-
BBF Transportes (ii)	27	-	-	-	-	-
Amazonbio Acre (i) (ii)	525	127	-	-	-	-
Total	<u>46.487</u>	<u>11.671</u>	<u>62.395</u>	<u>72.430</u>	<u>42.564</u>	<u>39.482</u>

- (i) Referem-se a transações de compra e venda. Essas transações são efetuadas a preços firmados entre as partes em moeda local. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e são liquidados através do contrato de conta corrente. Durante o exercício, não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.
- (ii) Referem-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

Transações:

	Receita operacional líquida		Custo dos produtos vendidos	
	2022	2021	2022	2021
Amazonbiodiesel	389	-	(1.032)	-
BBF RIC	17.892	1.864	(12.681)	(1.372)
Amazonbio Acre	14.454	8.520	(10.633)	(8.325)
Total	<u>32.735</u>	<u>10.384</u>	<u>(24.346)</u>	<u>(9.697)</u>

Compartilhamento de despesas

A Companhia, em conjunto com outras entidades do Grupo compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais, qualificada como centro de serviços compartilhado. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhes são atribuídos.

Empresas	2022
BBF S.A.	39.007
BBF RIC	(30.768)
Amazonbio	<u>(4.539)</u>

Remuneração da Administração

A remuneração total dos executivos da Companhia totalizou R\$1.920 em 2022 (R\$1.625 em 2021). Esses benefícios de curto prazo são compostos basicamente de salários, contribuições para seguridade social, contribuições para previdência privada, encargos sociais, participação nos lucros (programa PLR) e bônus.

Não existe remuneração vinculada a benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

14. IMOBILIZADO

	Controladora										
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento *	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ativo biológico	Terrenos	Instalações	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	-	10%	20%	-	-	10%	-	
<u>Custo</u>											
Em 1º de janeiro de 2021	65.593	359	356	21.852	6.494	2.075	1.070	74.332	1.019	16.346	189.599
Adições	6.202	1.006	295	16.939	35.950	1.685	-	-	16.346	13.896	92.319
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.070)	-	-	-	(1.070)
Transferências	889	572	-	(889)	16.793	-	-	-	(17.365)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	72.684	1.937	651	37.902	59.237	3.760	-	74.332	-	30.242	280.745
Adições	1.368	2.688	403	154.566	12.982	1.165	-	874	-	170.322	344.368
Baixas	-	-	(2)	-	-	(242)	-	-	-	-	(244)
Transferências	7.252	(424)	(2)	(7.264)	61.647	-	-	64.047	-	(125.256)	-
Em 31 de dezembro de 2022	81.304	4.201	1.050	185.204	133.866	4.683	-	139.253	-	75.308	624.869
<u>Depreciação</u>											
Em 1º de janeiro de 2021	(549)	(134)	(90)	-	(1.122)	(1.104)	-	-	-	-	(2.999)
Adições	(3.111)	(154)	(41)	-	(2.390)	(520)	-	-	-	-	(6.216)
Em 31 de dezembro de 2021	(3.660)	(288)	(131)	-	(3.512)	(1.624)	-	-	-	-	(9.215)
Baixas	-	-	2	-	-	100	-	-	-	-	102
Adições	(3.359)	(365)	(84)	-	(3.783)	(824)	-	-	-	-	(8.415)
Em 31 de dezembro de 2022	(7.019)	(653)	(213)	-	(7.295)	(2.348)	-	-	-	-	(17.528)
<u>Valor residual líquido</u>											
Em 31 de dezembro de 2021	69.024	1.649	520	37.902	55.725	2.136	-	74.332	-	30.242	271.530
Em 31 de dezembro de 2022	74.285	3.548	837	185.204	126.571	2.335	-	139.253	-	75.308	607.341

* Nas adições de 2022 foi capitalizado o montante de R\$8.205 de juros com debêntures no grupo de "Imobilizado em andamento" referente ao projeto de Baliza. O referido projeto será transferido quando entrar em operação comercial, devendo nos próximos meses serem concluído para iniciar sua operação.

	Consolidado										
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ativo biológico	Terrenos	Instalações	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%		10%	20%			10%		
<u>Custo</u>											
Em 1º de janeiro de 2021	407.181	15.537	10.505	33.700	426.533	24.599	1.172	303.987	2.111	18.055	1.243.380
Adições	20.621	3.752	900	43.860	77.128	1.751	-	1.100	-	49.999	199.111
Baixas	(142)	(29)	(11)	(5.791)	(3.838)	(3.152)	(1.172)	(10)	(1.933)	(59.396)	(75.474)
Transferências	982	487	-	(3.735)	8.331	-	-	-	-	(6.065)	-
Em 31 de dezembro de 2021	428.642	19.747	11.394	68.034	508.154	23.198	-	305.077	178	2.593	1.367.017
Adições	2.464	4.586	1.764	224.223	57.242	9.723	-	14.153	-	240.136	554.291
Baixas	(878)	(199)	(13)	-	(3.420)	(1.382)	-	-	(178)	-	(6.070)
Transferências	3.640	(984)	(157)	(34.019)	114.879	(1.782)	-	64.047	-	(145.624)	-
Em 31 de dezembro de 2022	433.868	23.150	12.988	258.238	676.855	29.757	-	383.277	-	97.105	1.915.238
<u>Depreciação</u>											
Em 1º de janeiro de 2021	(62.083)	(12.948)	(7.493)	-	(270.334)	(18.893)	-	-	(178)	-	(371.929)
Adições	(3.660)	(1.306)	(852)	-	(33.409)	(1.444)	-	-	-	-	(40.671)
Em 31 de dezembro de 2021	(65.743)	(14.254)	(8.345)	-	(303.743)	(20.337)	-	-	(178)	-	(412.600)
Baixas	181	171	8	-	2.516	1.237	-	-	178	-	4.291
Transferência	(13.765)	767	156	-	912	1.783	-	-	-	-	(10.147)
Adições	(17.749)	(1.786)	(741)	-	(39.493)	(1.544)	-	-	-	-	(61.313)
Em 31 de dezembro de 2022	(97.076)	(15.102)	(8.922)	-	(339.808)	(18.861)	-	-	-	-	(479.769)
<u>Valor residual líquido</u>											
Em 31 de dezembro de 2021	362.899	5.493	3.049	68.034	204.411	2.861	-	305.077	-	2.593	954.417
Em 31 de dezembro de 2022	336.792	8.048	4.066	258.238	337.047	10.896	-	383.277	-	97.105	1.435.469

A Companhia e suas controladas não concederam bens do ativo imobilizado como qualquer garantia.

Perdas pela não recuperabilidade de Imobilizado e Intangíveis de vida útil definida (“impairment”)

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 01 e a normal internacional IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos de vida útil definida, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração revisou o valor contábil líquido do imobilizado e não identificou eventos ou mudanças; (i) operacionais que indicasse a obsolescência ou dano físico de seus ativos imobilizados; (ii) tecnológicas que indicasse desatualização de plataformas e softwares que afetem o desempenho dos ativos imobilizados, (iii) indicativos de deterioração ou ociosidade do ativo imobilizado em decorrência da passagem do tempo ou do uso normal, (iv) relatórios internos gerenciais que indicassem algum plano de descontinuidade ou reestruturação da Companhia, que em conjunto ou individualmente possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

14.1. Plantas Portadoras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	97.728	69.707	709.241	707.769
Adição de custos (i)	30.737	30.112	28.646	30.112
Depreciação	(2.091)	(2.091)	(26.545)	(28.640)
Saldo 31 de dezembro	<u>126.374</u>	<u>97.728</u>	<u>711.342</u>	<u>709.241</u>
Composto por:				
Custo de formação	130.556	99.819	766.527	737.881
Depreciação acumulada	(4.182)	(2.091)	(55.185)	(28.640)
Total	<u>126.374</u>	<u>97.728</u>	<u>711.342</u>	<u>709.241</u>

- (i) São considerados os gastos necessários para manutenção do plantio como mão de obra funcionários, transporte de insumos e manutenção.

15. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO

Na adoção do pronunciamento contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia registrou o arrendamento de geradores de energia que vigoram por período de quinze (15) anos, podendo ser renovado ou não por um período não estipulado em contrato.

Foram contabilizados os valores correspondentes aos contratos vigentes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes.

O reconhecimento inicial do direito de uso do ativo está mensurado pelo custo a incorrer trazido a valor presente à taxa de 22,42% ao ano, que a administração da Companhia avaliou e entendeu que seria a melhor taxa levando em consideração o cenário atual que a Companhia está exposta. O custo compreende o valor da mensuração inicial. e a amortização desses saldos se dará conforme prazos definidos nos contratos de arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2021	52.451
Amortização	<u>(7.035)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	45.416
Amortização	<u>(4.260)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>41.156</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há indicativos de redução do valor recuperável desses ativos.

Arrendamento

A Companhia reconhece as obrigações decorrentes de seus arrendamentos, anteriormente denominados "leasings". Os passivos foram reconhecidos pelos saldos a pagar remanescentes, mensurados ao valor presente pela taxa de desconto incremental aplicada nos contratos de arrendamento a alíquota de 22,42% a.a.

Movimentação do arrendamento:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2021	59.095
Juros incorridos	8.500
Pagamentos	<u>(12.665)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	54.930
Juros incorridos	9.135
Pagamentos	<u>(11.796)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>54.269</u>
Circulante	12.000
Não circulante	40.269

A previsão dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos a pagar, líquido e bruto de juros a incorrer, é como segue:

<u>Previsão de pagamentos</u>	<u>Valores líquidos de juros</u>	<u>Valor bruto com juros a incorrer</u>
2023	919	12.670
2024	2.412	12.670
2025	2.953	12.670
2026	3.615	12.670
2027	4.425	12.670
2028 a 2031	<u>37.945</u>	<u>59.129</u>
	<u>52.269</u>	<u>122.479</u>

(a) Efeito de inflação

A Companhia, em plena conformidade com o pronunciamento contábil CPC 06 IFRS 16 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo pronunciamento contábil CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Conforme orientação do Ofício-Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo do direito de uso, passivo do arrendamento de direito de uso, amortização e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 5,31% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo do direito de uso, líquido	41.156	43.341
Passivo de arrendamento	52.259	55.034
Despesa de amortização	4.260	4.486
Despesas financeiras	9.135	9.620

Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de juros e da despesa de amortização dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo de direito de uso		
Valor do custo	58.196	58.196
Amortização acumulada	(17.040)	(12.780)
Total	41.156	45.416
Passivo de arrendamento		
Arrendamento	52.269	54.930
Resultado		
Despesa com juros de arrendamento	(9.135)	(8.500)
Despesa com amortização de direito de uso	(4.260)	(7.035)
Total	(13.395)	(15.535)

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de materiais	17.885	22.366	54.850	87.134
Fornecedores de ativo fixo	17.156	1.975	20.182	2.011
Fornecedores de utilidades e serviços	11.286	8.120	48.679	37.136
Outros fornecedores	-	-	4.008	3.079
Total	46.327	32.461	127.719	129.360
Circulante	46.327	32.461	124.642	126.283
Não circulante	-	-	3.077	3.077

17. DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Linha de crédito	Indexador	Acréscimos de juros médios a.a.	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2022	2021	2022	2021
1ª emissão	CDI	7,90%	21/03/29	55.492	-	55.492	-
2ª emissão A	IPCA	14,00%	15/04/27	110.355	-	110.355	-
2ª emissão B	CDI	6,75%	15/04/27	31.221	-	31.221	-
Total				197.068	-	197.068	-
Circulante				13.188	-	13.188	-
Não Circulante				183.880	-	183.880	-

Movimentação:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo 1º de janeiro				
Captações	188.463	-	188.463	-
Juros capitalizados	8.205	-	8.205	-
Juros incorridos	12.276	-	12.276	-
Juros pagos	(11.876)	-	(11.876)	-
Saldo 31 de dezembro	197.068	-	197.068	-

Cumprimento de cláusula contratual restritiva ("covenants")

Os índices financeiros são verificados em base semestral e anual, estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes que compreende a relação de dívida líquida/"Ebtida", índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) e índice de cobertura do serviço da dívida. Não há índices não financeiros a serem atendidos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com as cláusulas restritivas.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
	Indexador	Juros médios a.a.	2022	2021	2022	2021
Capital de giro	CDI	De 4,8% a 30,52%	243.330	33.503	272.177	50.490
Financiamento de máquinas	TJLP e Selic	1% a 17,88%	30.451	1.020	76.089	7.911
Aria Capital	US\$	15%	-	-	8.659	-
Outros	TJLP	1,5%	23.640	23.516	23.640	23.516
			<u>297.421</u>	<u>58.039</u>	<u>380.565</u>	<u>81.917</u>
Circulante			76.400	22.828	112.824	34.929
Não circulante			221.021	35.211	267.741	46.988

Movimentação:

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Saldo 1º de janeiro		58.039	26.464	81.917	56.824
Captações (i)		316.310	59.365	388.859	71.042
Principal pago		(84.183)	(27.789)	(109.634)	(44.965)
Juros incorridos e variação cambial		9.450	7.242	23.834	19.001
Juros pagos		<u>(2.195)</u>	<u>(7.243)</u>	<u>(4.411)</u>	<u>(19.985)</u>
Saldo 31 de dezembro		<u>297.421</u>	<u>58.039</u>	<u>380.565</u>	<u>81.917</u>

- (i) A Companhia captou valores para continuar o seu plano de investimentos representado pelos projetos UTE de São João da Baliza, Extrusora de soja no Pará e outros.

Cumprimento de cláusula contratual restritiva ("covenants")

O contrato com o Banco da Amazonia está sujeito a cláusula restritiva ("covenants") financeiros e são verificados em base anual que compreende o índice de cobertura do serviço da dívida, calculados a partir do terceiro ano da entrada em operação comercial do Forte Híbrido São Joaquim que atualmente não está concluído. Não há índices não financeiros a serem atendidos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com as cláusulas restritivas.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram concedidas garantias com relação aos saldos de empréstimos e financiamentos.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recolher	4.665	2.219	7.642	5.641
Parcelamentos federais	3.541	3.147	12.652	9.119
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.992	1.446
Outros	2.542	2.494	7.804	9.710
Total	10.748	7.860	30.090	25.916
Circulante	7.025	4.130	15.500	17.220
Não circulante	3.723	3.730	14.590	8.696

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Devolução de créditos tributários (i)	-	-	16.386	20.108
Aquisição de terras	-	-	4.204	5.504
Aquisição de investimentos	1.646	3.308	1.646	3.308
Outras provisões	37	5.251	428	19.186
Outras obrigações	5.456	2.989	9.192	6.555
Total	7.139	11.548	31.856	54.661
Circulante	6.745	11.324	8.538	26.916
Não Circulante	394	224	23.318	27.745

(i) Obrigação de devolução de créditos tributários junto à Vale S.A. após a transferência do controle acionário de sua então controlada (nota explicativa nº 1).

21. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Consolidado	
	2022	2021
Trabalhista	30.164	21.222
Ambiental	93	84
Civil	430	65
Tributário	44	41
Total	30.731	21.412

Movimentação da provisão:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo 1º de janeiro	21.412	21.341
Provisões	9.319	71
Saldo 31 de dezembro	<u>30.731</u>	<u>21.412</u>

Referente as causas trabalhistas, em geral, os reclamantes são ex-colaboradores da área agrícola e da indústria. Essas reclamações são divididas principalmente nas seguintes categorias: principais:

- (i) horas extra excessivas.
- (ii) bônus de risco à saúde.
- (iii) subsídio adicional para trabalho noturno.
- (iv) reembolso de honorários advocatícios.
- (v) indenizações por danos morais. Uma reivindicação pode ter uma ou mais categorias.

Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

As demandas judiciais não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza ambiental, tributária, cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam no Grupo o total demonstrado abaixo:

Natureza	2022	2021
Ambiental	18.421	16.681
Tributário	34.769	42.526
Cível	42.200	90.736
Trabalhista	<u>60.052</u>	<u>47.532</u>
Total	<u>155.442</u>	<u>197.475</u>

Abaixo descrevemos os processos possíveis relevantes:

A controlada BBF RIC tem diversos processos trabalhistas no montante de R\$60.052 e são reclamações relacionadas principalmente a adicional de insalubridade, dano moral por suportas instalações sanitárias inadequadas e/ou ausência de local adequado para as refeições, horas extras, além de intervalo obrigatório do trabalhador rural.

A controlada BBF RIC tem 10 processos cíveis requerendo pagamento de valores estipulados em contrato entre as partes e descumprimento de cláusulas, no montante de R\$37.867.

A controlada BBR RIC tem 5 processos tributários de auto de infração emitidos pela Receita Federal no montante de R\$32.252.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (REAPRESENTADA)

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$132.723 (Cento e trinta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil reais), divididos em 6.055.973 (Seis milhões, cinquenta e cinco mil e novecentos e setenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2022	%	2021	%
Sócrates Participação S.A.	3.934.566	64,97%	3.934.566	64,97%
J.C Investimentos Ltda.	546.552	9,03%	546.552	9,03%
Pierre Charles de Kerchove de Denterghem	433.608	7,16%	433.608	7,16%
Diego Emmanuel de Kerchove de Denterghem	433.608	7,16%	433.608	7,16%
Celine Marie de Kerchove de Denterghem	357.302	5,90%	357.302	5,90%
Marina Born de Engels	223.163	3,69%	223.163	3,69%
Marina Lagreca	76.305	1,26%	76.305	1,26%
Jadir Teixeira Barbosa	42.392	0,70%	42.392	0,70%
Waldir Roberto Moraes Coelho	8.477	0,14%	8.477	0,14%
Total	<u>6.055.973</u>		<u>6.055.973</u>	

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% de lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de incentivos fiscais

A constituição da reserva de subvenção deu-se após a confirmação pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep de que o projeto de desenvolvimento de catalisador foi devidamente comprovado e aprovado, através da reversão da conta "Projetos e financiamentos - Finep" - Créditos a receber para aplicação de projetos no valor de R\$7.405 mil. O enquadramento como subvenção possibilita a não tributação dos incentivos pelo Imposto de Renda, mediante reconhecimento do montante não tributado em reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Nos termos da legislação tal reserva não pode ser utilizada para distribuição de dividendos, só podendo ser utilizada para as finalidades expressamente indicadas acima.

Lucros não distribuídos aguardando deliberação

Lucros não distribuídos aguardando deliberação quanto à destinação.

A Administração propôs e foi aprovado pelos acionistas em AGE realizada em 8 de setembro de 2023, a capitalização de R\$900.000 mil, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passou a ser de R\$1.032.723 mil sem alteração da quantidade de ações.

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que dos resultados apurados serão deduzidos inicialmente os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social. Será distribuído como dividendo obrigatório 10% do lucro remanescente ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Companhia por Ações, exceto se decidido diferente, de forma unânime, em Assembleia de Acionistas.

d) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o período. Não houve efeitos diluidores no período.

	2022	2021
Lucro do exercício	651	169.392
Média ponderada do número de ações no exercício	6.055.973	6.055.973
Lucro do exercício por ação - em Reais	<u>0,10750</u>	<u>27,97106</u>

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de produtos	35.006	20.980	978.615	954.819
Venda de energia	<u>58.253</u>	<u>37.391</u>	<u>183.184</u>	<u>133.298</u>
	93.259	58.371	1.161.799	1.088.117
Devolução de vendas	(195)	(2.366)	(17.761)	(22.532)
Impostos sobre venda	(10.456)	(5.997)	(54.686)	(50.107)
Frete sobre vendas	<u>(6.033)</u>	<u>-</u>	<u>(55.276)</u>	<u>(39.260)</u>
Total	<u>76.575</u>	<u>50.008</u>	<u>1.034.076</u>	<u>976.218</u>

O grupo possui três clientes que tem concentração acima de 10%.

- (i) O cliente Oleoplan Para e NE Industria de Biocombustível Ltda. tem contrato de compra de Óleo de Palma, vigente por 60 meses, para os quais está definido o volume a ser produzido e fornecido.
- (ii) O cliente M Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos tem contrato de fornecimento anual de Óleo de Palma o qual é renovado automaticamente.
- (iii) O cliente Energisa e Amazonas Energia consomem 100% da energia gerada, estipulada nos leilões para concessão de energia, que tem prazo de duração de trinta anos.

A Administração entende não haver risco de perda de receita devido essa concentração, estando segura de que a produção do Óleo de Palma e Energia podem ser direcionados para outros clientes.

24. DESPESAS E CUSTO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matéria prima e materiais	(9.557)	(8.553)	(174.646)	(155.983)
Mão de obra	(45.911)	(21.694)	(268.034)	(203.068)
Depreciação e amortização	(12.148)	(8.321)	(365.960)	(292.233)
Serviços prestados por terceiros	(63.373)	(42.144)	(53.438)	28.751
Manutenção de equipamentos	(17.682)	(5.149)	(114.570)	(84.942)
Aluguel de equipamentos	(4.966)	(189)	(43.096)	(16.054)
Serviços compartilhados	30.768	15.672	-	-
Reembolso de gastos Vale	31.080	32.024	31.080	32.024
Outros custos e despesas, líquidos	(14.611)	(28.481)	(14.612)	(28.497)
Total	<u>(106.400)</u>	<u>(66.823)</u>	<u>(1.003.276)</u>	<u>(720.482)</u>
Apresentadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(111.187)	(61.553)	(875.570)	(611.254)
Despesas gerais e administrativas	(23.703)	(25.676)	(113.690)	(81.474)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28.490	20.394	(14.016)	(27.274)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros de empréstimos financiamentos (nota 17)	(9.450)	(7.242)	(23.834)	(19.001)
Juros de arrendamentos (nota 14)	-	-	(9.135)	(8.500)
Juros debêntures (nota 16)	(12.276)	-	(12.276)	-
Descontos concedidos	(26)	(2)	(11.136)	(9.192)
Despesas bancárias	(2.719)	(885)	(3.300)	(1.266)
Outas despesas financeiras	(292)	(4.313)	(6.753)	(635)
Total	<u>(24.763)</u>	<u>(12.442)</u>	<u>(66.434)</u>	<u>(38.594)</u>
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de aplicação financeira	1.268	22	17.102	2.737
Descontos obtidos	8	143	94	197
Outras receitas financeiras	-	1	3	137
Total	<u>1.276</u>	<u>166</u>	<u>17.199</u>	<u>3.071</u>

26. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total do passivo e participação dos não controladores	636.631	192.418	1.153.929	684.295
Total do caixa e equivalentes de caixa	(3.264)	(8.177)	(108.512)	(135.998)
(=) Dívida líquida (A)	633.367	184.241	1.045.417	548.297
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	1.752.408	1.751.757	1.752.408	1.751.757
Índice de alavancagem (A/B)	36,14%	10,52%	59,66%	31,30%

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais.

27.1. Instrumentos financeiros por categoria

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivo mensurado ao custo amortizado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	108.512	135.998	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	39.317	56.673	-	-
Instrumentos financeiros ativos	108.512	135.998	39.317	56.673	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	127.719	129.360
Partes relacionadas	-	-	-	-	42.564	39.482
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	380.565	81.917
Debêntures	-	-	-	-	197.068	-
Arrendamento	-	-	-	-	52.269	54.930
Passivos financeiros	-	-	-	-	800.185	305.689

Os instrumentos financeiros referentes a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Não houve transferências entre níveis a serem consideradas no exercício de 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

b) Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

O departamento de Gestão de Risco Mundial do Grupo estabelece princípios, procedimentos e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado*Risco cambial*

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita), o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e do saldo de caixa em moeda estrangeira. A Companhia tem contrato de empréstimos em moeda estrangeira USD 1.800 mil sendo as demais contas de ativo e passivo todas controladas na moeda local (Real).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.264	8.177	108.512	135.998
Contas a receber	9.737	8.675	39.317	56.673
Total	<u>13.001</u>	<u>16.852</u>	<u>147.829</u>	<u>192.671</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	297.421	58.039	380.565	81.917
Debêntures	197.068	-	197.068	-
Total	<u>494.489</u>	<u>58.039</u>	<u>577.633</u>	<u>81.917</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos derivativos e não derivativos na data de relatório, vide quadro abaixo, em que a exposição líquida a taxa de juros em 31 de dezembro de 2022 era de R\$436.299.

Para tais passivos com taxas de juros variáveis (taxa CDI), a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. A Companhia, baseada na expectativa do Boletim Focus e suportado também pela expectativa expressa nos relatórios de projeções dos principais bancos do país, não espera que a apreciação na taxa DI seja razoavelmente possível em breve, e, portanto, não considerou cenários nesse sentido. Logo, as taxas destacadas nos três cenários abaixo são usadas ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros.

Cenário I - Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras.

Cenário II - Corresponde a alteração de 25% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário I, tendo em vista o julgamento da administração e indicadores econômicos disponíveis.

Cenário III - Corresponde a alteração de 50% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário II, tendo em vista o julgamento da administração.

	Exposição em 2022	Risco	Provável		Apreciação de taxas				Depreciação das taxas			
					Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%		Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos												
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	83.750	CDI	12,64	10.586	13,90	11.641	15,17	12.705	11,38	9.531	10,11	8.467
Aplicações financeiras	16.225	CDI	12,14	1.970	13,35	2.166	14,57	2.364	10,93	1.773	9,71	1.575
Aplicações financeiras	5.167	CDI	12,39	640	13,63	704	14,87	768	11,15	576	9,91	512
Aplicações financeiras	2.667	CDI	12,58	336	13,84	369	15,10	403	11,32	302	10,06	268
Total	<u>107.809</u>			<u>13.532</u>		<u>14.880</u>		<u>16.240</u>		<u>12.182</u>		<u>10.822</u>
Passivos financeiros												
Partes relacionadas a pagar	42.564	TJLP	7,20	3.065	7,92	3.371	8,64	3.678	6,48	2.758	5,76	2.452
Debêntures	86.713	CDI	12,51	10.848	13,76	11.932	15,01	13.016	11,26	9.764	10,01	8.680
Debêntures	110.355	IPCA	5,79	6.390	6,37	7.030	6,95	7.670	5,21	5.749	4,63	5.109
Empréstimos - capital de giro	280.836	CDI	5,79	16.260	6,37	17.889	6,95	19.518	5,21	14.632	4,63	13.003
Empréstimos - Finep	23.640	TJLP	7,20	1.702	7,92	1.872	8,64	2.042	6,48	1.531	5,76	1.360
Total	<u>544.108</u>			<u>38.265</u>		<u>42.094</u>		<u>45.924</u>		<u>34.434</u>		<u>30.604</u>
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	<u>436.299</u>			<u>24.733</u>		<u>27.214</u>		<u>29.684</u>		<u>22.252</u>		<u>19.782</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						2.481		4.951		(2.481)		(4.951)

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos (contas a receber), dos adiantamentos a fornecedores (nota 8) e seu caixa e equivalentes de caixa. Para atenuar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor, bem como exige garantias, principalmente notas promissórias (para clientes que avalia serem de maior risco).

A Companhia entende que o risco de crédito está coberto com a política de contabilização da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa e procedimentos de gerenciamento de risco. As contas a receber por idade de vencimento e as eventuais perdas esperadas estão demonstradas na nota explicativa nº 5.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez são de garantir, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	297.421	58.039	380.565	81.917
Debêntures	197.068	-	197.068	-
Fornecedores	46.327	32.461	127.719	129.360
Partes relacionadas a pagar	62.395	72.430	42.564	39.482
Adiantamento de clientes	-	-	33.375	55.959
Outras obrigações	7.139	11.548	31.856	54.661
Arrendamento	-	-	52.269	54.930
Total	<u>610.350</u>	<u>174.478</u>	<u>865.416</u>	<u>416.309</u>
Circulante	142.660	66.613	304.567	256.087
Não circulante	467.690	107.865	560.849	160.222

A seguir estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados e excluindo impacto dos acordos de compensação:

<u>Consolidado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>12 meses</u>	<u>> 12 meses</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	380.565	482.485	155.946	326.539
Debêntures	197.068	322.739	37.842	284.897
Fornecedores	127.719	127.719	124.642	3.077
Partes relacionadas a pagar	42.564	42.564	-	42.564
Adiantamento de clientes	33.375	33.375	33.375	-
Outras obrigações	31.856	31.856	31.856	-
Arrendamento	52.269	122.478	12.670	109.808
Total	<u>865.416</u>	<u>1.163.216</u>	<u>396.331</u>	<u>766.885</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e perpetuação dos negócios da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esses custos financeiros relacionados.

Condizente com outras companhias do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira são:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos	(297.421)	(58.039)	(380.565)	(81.917)
Debêntures	(197.068)	-	(197.068)	-
Partes relacionadas a pagar	(62.395)	(72.430)	(42.564)	(39.482)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3.264</u>	<u>8.177</u>	<u>108.512</u>	<u>135.998</u>
Dívida líquida	(553.620)	(122.292)	(511.685)	14.599
Total do Patrimônio líquido	1.752.408	1.751.757	1.752.483	1.751.835
Índice de alavancagem financeira	(0,32)	(0,07)	(0,29)	0,01

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo considera dois segmentos reportáveis, considerando os mais representativos, denominados “Energia” e “Óleo de Palma” e um segmento denominado como “Outros”. A Administração realiza a tomada de decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas com bases em relatórios que indicam os segmentos de forma consolidada, onde as transações entre as partes relacionadas são eliminadas. Assim, para melhor representar a posição e resultado de cada segmento para tomada de decisões os montantes e transações são apresentados líquidos.

O seguinte resumo descreve, conforme o pronunciamento contábil CPC 22 - Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

Energia: composto pelas operações (i) Amazonbio, (ii) Amazonbio Acre, (iii) BBF S.A e (iv) BBF Pará II.

Óleo de Palma: composto pela operação da BBF RIC.

Outros: composto pelas operações de biodiesel, soja e transportes.

Itens	Energia		Óleo Palma		Outros		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo	833.495	493.132	1.980.872	1.889.346	91.970	53.574	2.906.337	2.436.052
Passivo	637.879	246.569	233.230	308.046	282.745	129.602	1.153.854	684.217
Patrimônio líquido	195.616	246.563	1.747.642	1.581.300	(190.775)	(76.028)	1.752.483	1.751.835
Receita operacional líquida	233.999	129.836	832.297	830.650	(32.220)	15.732	1.034.076	976.218
Custo dos produtos vendidos	(199.297)	(106.103)	(675.889)	(509.600)	(384)	4.449	(875.570)	(611.254)
Despesas operacionais	(22.345)	(37.924)	(102.853)	(70.590)	(2.508)	(234)	(127.706)	(108.748)
Despesa financeira	(16.157)	(15.860)	(26.762)	(10.195)	(23.515)	(12.539)	(66.434)	(38.594)
Receita financeira	3.053	563	14.708	2.496	(562)	12	17.199	3.071
Imposto de renda e contribuição social	1.414	(2.341)	17.682	(48.499)	-	(480)	19.096	(51.320)
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>667</u>	<u>(31.829)</u>	<u>59.183</u>	<u>194.262</u>	<u>(59.189)</u>	<u>6.940</u>	<u>661</u>	<u>169.373</u>

29. SEGUROS

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de Responsabilidade Civil e Risco Operacional com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Para os projetos em execução (implantações das UTEs), a Companhia possui apólices de Seguro de Fiel Cumprimento (garantia de performance junto à Aneel) contratadas com vigência para todo o período de execução do projeto.

Além das apólices supracitadas, possui adicionalmente apólice específica para Responsabilidade Civil (D&O) para todos executivos e diretores da Companhia e controladas.

Todas as apólices foram contratadas com especificações: coberturas, limites, condições e prazos, considerados pela Companhia como adequados e compatíveis aos riscos inerentes ao negócio e operações, tendo vigência de 1 ano sendo renovadas periodicamente.

Coberturas	Valor
Equipamentos Agrícolas	71.912
Fiel Cumprimento	52.791
Responsabilidade Cível Geral	50.000
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	100.000
Risco de Engenharia	88.149
Riscos Operacionais	767.234
Seguro Garantia	260.005
Seguro Garantia Judicial	8.633
Total	1.398.724

30. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Aquisição de imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve adições imobilizado no montante de R\$17.156 (R\$1.975 em 2021) na controladora e R\$20.182 no consolidado (R\$2.011 em 2021) no qual não houve desembolso de caixa.

31. COMPROMISSOS

A empresa Amazonbio e BBF S.A devido comercializarem energia, devem seguir a Lei n º 9991 de 24/07/00 e Resolução nº 316 de 13/05/08, sendo obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento o percentual de 1% sobre a receita operacional líquida. Anualmente as empresas prestam conta a ANEEL mediante envio do relatório.

A Companhia tem contrato assinado com o cliente Oleoplan Para e NE Industria de Biocombustível Ltda. e M Dias Branco S.A, para os quais compromettesse a vender a produção de óleo de palma com volumes definidos e preço.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Entre o período 1º de janeiro de 2023 a 14 de novembro de 2023, o grupo efetuou a captação de R\$188.555 mil através de instrumentos de dívida, em reais, junto a instituições financeiras Banco Itaú, Safra, Sofisa, Volvo, ABC, Daniele, Amazônia, CNH Industrial e ABC, com juros de 2,09% a 33,16% a.a. O vencimento do principal se dará 36 parcelas com vencimento a partir de 2024, enquanto os juros serão pagos mensalmente a partir do mês seguinte a contratação. Os recursos foram utilizados principalmente para pagamento de projetos de investimentos e fornecedores da operação. O instrumento de dívida é não conversível em ações e não há ativos dados em garantia.

A UTE de Baliza recebeu autorização da ANEEL, em junho de 2023, e passou a operar em escala comercial. A estimativa é de gerar 7 MW com a utilização de 100% de Biomassa na primeira fase e na segunda fase será híbrido com óleo de palma.

Em 30 de junho de 2023, o Sr.Henri Denterghem transferiu 100% de suas ações e deixou de ser partes relacionadas, passando os saldos a serem considerados como “empréstimos”.

Em 8 de setembro de 2023, foi aprovado a capitalização de R\$900.000 mil utilizando parte da Lucros não distribuídos aguardando deliberação.